Diário Oficial

Estado de São Paulo

Poder Executivo

Seção I

Palácio dos Bandeirantes

Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - CEP 05698-900 - Fone: 3745-3344

Nº 70 – DOE – 14/04/21 - seção 1 – p.33

COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998

Balanço Patrimonial – Sedi III - Serviço Estadual de Diagnóstico por Imagem III - Fundação Instituto de Pesquisa e Diagnóstico por Imagem - Fidi

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - FIDI
SERVIÇO ESTADUAL DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM III - SEDI III

CNPJ: 55.401.178/0010-27

Demonstrações contábeis *"carve-out"*

Balanços patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - Valores expressos em reais

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	9.847.040	13.482.048
Contas a receber OSS-FIDI	4	11.668.888	11.668.888
Estoques	5	798.373	314.353
Despesas antecipadas e outros créditos	6	180.012	175.873
Adiantamentos	7	371.185	1.125.619
		22.865.498	**26.766.781**
Não Circulante			
Depósitos judiciais	15	1.100.821	910.389
Imobilizado SEDI III	9	12.934.776	12.972.467
Depreciação imobilizado SEDI III	9	(12.934.776)	(12.972.467)
Imobilizado da OSS-FIDI	10	13.823.892	13.742.199
Depreciação da OSS-FIDI	10	(13.821.688)	(13.742.199)
Arrendamento mercantil	8	24.942.819	14.039.422
Depreciação do arrendamento mercantil	8	(8.304.144)	(5.920.540)
		17.741.700	9.029.271
Total de ativo		**40.607.198**	**35.796.051**

Passivo	Nota	2020	2019
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	11	2.947.219	5.610.143
Obrigações fiscais a recolher	13	245.856	371.348
Salários, encargos e contribuições	12	1.522.189	1.825.632
Provisões de férias e encargos		2.237.148	2.203.252
Arrendamento mercantil de curto prazo	8	5.908.277	5.010.363
Subvenção a realizar	14	2.513.926	-
		15.374.615	**15.020.739**
Não Circulante			
Provisões	15	8.592.083	8.401.126
Contas correntes com a OSS-FIDI	16	3.139.374	2.690.713
Arrendamento mercantil de longo prazo	8	9.754.587	3.445.200
		21.486.044	**14.537.039**
Patrimônio líquido	17		
Patrimônio social		6.238.275	9.971.640
Déficit do exercício		(2.491.735)	(3.733.365)
		3.746.540	**6.238.275**
Total de passivo e patrimônio líquido		**40.607.198**	**35.796.051**

Demonstrações do resultado do período para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - (Valores expressos em reais)

	2020	2019
Receita líquida	**74.184.117**	**68.590.691**
Custos e despesas operacionais		
Salários e encargos	(28.679.313)	(26.098.923)
Serviços de terceiros	(33.596.409)	(32.662.908)
Materiais	(6.081.187)	(4.626.858)
Gerais (água, luz, telefone, aluguel e outras)	(3.102.842)	(2.971.869)
Depreciações e amortizações	(4.612.988)	(6.746.360)
Outras despesas (receitas) operacionais	(902.812)	(160.068)
	(76.975.551)	**(73.266.985)**
***Déficit* antes das despesas (receitas) financeiras**	**(2.791.434)**	**(4.676.294)**
Despesas financeiras	(78.296)	(74.864)
Receitas financeiras	377.995	1.017.793
	299.699	**942.929**
***Déficit* do exercício**	**(2.491.735)**	**(3.733.365)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - (Valores expressos em reais)

	Nota	Patrimônio social	*Déficit* do exercício	Total
Em 31 de dezembro de 2018		**19.460.454**	**(9.488.814)**	**9.971.640**
Destinação do *superávit* anterior		(9.488.814)	9.488.814	-
Déficit do exercício			(3.733.365)	(3.733.365)
Em 31 de dezembro de 2019		**9.971.640**	**(3.733.365)**	**6.238.275**
Destinação do *superávit* anterior		(3.733.365)	3.733.365	-
Déficit do exercício		-	(2.491.735)	(2.491.735)
Em 31 de dezembro de 2020	**17**	**6.238.275**	**(2.491.735)**	**3.746.540**

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em reais)

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Déficit do exercício		(2.491.735)	(3.733.365)
Itens que não afetam o caixa e equivalentes			
Depreciação e amortização		42.390	-
Baixas de ativo		(44.594)	-
Depreciação de arrendamento mercantil	8	8.275.326	5.920.540
Juros de arrendamento mercantil	8	57.192	59.804
Constituição de provisão para contingências	14	190.957	184.288
		6.029.536	**2.431.267**
Redução (aumento) dos ativos operacionais			
Subvenção a receber		-	(497.267)
Estoques		(484.020)	(69.609)
Despesas antecipadas e outros créditos		(4.139)	2.291
Adiantamentos		754.434	(763.980)
Depósitos judiciais	14	(190.432)	(184.811)
		75.843	**(1.513.376)**
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Fornecedores e outras contas a pagar		(2.662.925)	(1.129.297)
Obrigações fiscais a recolher		(125.492)	83.487
Salários, encargos e contribuições		(303.443)	514.091
Provisões de férias e encargos		33.896	(61.632)
Arrendamento mercantil	8	(9.645.010)	(5.643.662)
Subvenção a realizar	13	2.513.926	-
Contas correntes com a OSS-FIDI		448.661	1.225.376
		(9.740.387)	**(5.011.637)**
Caixa utilizado nas atividades operacionais		**(3.635.008)**	**(4.093.746)**
Redução de caixa e equivalente de caixa		**(3.635.008)**	**(4.093.746)**
No início do exercício		13.482.048	17.575.794
No fim do exercício		9.847.040	13.482.048
Redução de caixa e equivalente de caixa		**(3.635.008)**	**(4.093.746)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

1. Contexto operacional: A Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem - FIDI é uma fundação privada sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, registrada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo, especializada no gerenciamento completo do sistema de diagnóstico por imagem. Fundada em 1985 como uma das únicas do país no segmento, prestadora de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS), destacando-se no Brasil e no exterior na área de pesquisa e inovação tecnológica. Rege-se por Estatuto Social e constitui seus objetivos sociais em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social: I. realizar, na área médica, atividades de apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, isoladamente ou em conjunto com instituições de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica, públicas ou privadas, no Brasil ou no exterior, em colaboração, primordialmente, com o Departamento de Diagnóstico por Imagem da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP; II. contribuir para o aperfeiçoamento do ensino e das técnicas médicas relacionadas ao diagnóstico por imagem, colaborando, no Brasil e no exterior, com entidades educacionais, universidades, instituições públicas e privadas em programas de desenvolvimento tecnológico nas áreas da medicina, bioengenharia, engenharia hospitalar, técnicas administrativas, operacionais, de manutenção, de pesquisa básica e clínica e assistência médica à comunidade; III. colaborar, de acordo com as diretrizes emanadas do Conselho Curador e das suas disponibilidades orçamentárias, para a manutenção do Departamento de Diagnóstico por Imagem da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, dos hospitais, ambulatórios de pesquisa, clínicas, dispensários e órgãos de natureza correlata, cujas atividades resultem, ainda que indiretamente, em proveitos de ordem científica, didática ou assistencial; IV. colaborar para a manutenção de leitos e serviços hospitalares gratuitos, para uso público, sem distinção de raça, credo ou religião; V. patrocinar o desenvolvimento de novos produtos e equipamentos, sistemas, softwares e processos relacionados ao diagnóstico por imagem; VI. prestar apoio técnico, científico, financeiro, operacional ou de qualquer outra natureza a programas de assistência técnico-hospitalar; VII. promover assessoramentos técnicos, científicos, assistenciais e de outras naturezas à área de diagnóstico por imagem; VIII. difundir o conhecimento, por meio do patrocínio ou promoção de atividades culturais, a exemplo de cursos, congressos, simpósios, estudos e edição de publicações na área de diagnóstico por imagem, demais diagnósticos na área médica e procedimentos terapêuticos dirigidos por imagem; IX. fomentar a formação de recursos humanos, ministrando cursos, organizando e participando de eventos científicos na área de diagnóstico por imagem, demais diagnósticos na área médica e procedimentos terapêuticos dirigidos por imagem; X. conceder bolsas de estudos para pesquisas, estágios e auxílio a estudiosos e pesquisadores que possam contribuir para a consecução dos objetivos estatutários; XI. apoiar projetos de interesses áreas de pesquisa, ensino e extensão relacionadas à área de diagnóstico por imagem, demais diagnósticos na área médica e procedimentos terapêuticos dirigidos por imagem, mediante a celebração de instrumentos específicos; XII. realizar, na área de saúde, atividades relacionadas a ensino e pesquisa, científica e tecnológica, inclusive a ministração de cursos e a realização de simpósios, seminários e afins, isoladamente ou em conjunto com instituições de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica, públicas e privadas, no Brasil e no exterior. A FIDI possui o título de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) em fase de renovação e é qualificada como Organização Social de Saúde do Município e do Estado de São Paulo, do Município de São Caetano do Sul e do Estado de Goiás. **1.1. Imunidade tributária:** A Entidade é imune à incidência de tributos sobre resultados, patrimônio, renda e serviços, haja vista o artigo 150, inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195º, parágrafo 7º, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. Também possui decisão judicial transitada em julgado, oriunda do mandado de segurança nº 0028729-45.2003.4.03.6100, que reconheceu imunidade em relação à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). De acordo com Agravo Regimental em Recurso Extraordinário em Mandado de Segurança - Entidade de Assistência Social, Imunidade, julgado em 10 de maio de 2011, conclui-se que a Entidade é imune à contribuição ao INSS (cota patronal). Finalmente, foi movido processo de ação declaratória pleiteando reconhecimento da inexistência de relação jurídico-tributária quanto ao recolhimento da contribuição do PIS, por se tratar de entidade beneficente de assistência social, nos termos apontados no primeiro parágrafo deste contexto, combinado com o artigo 14 do Código Tributário Nacional. **1.2. Destaques do exercício:** Ao longo do contrato de gestão nº 001.500.000.067/2014, firmado com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP), em 27 de fevereiro de 2015, pelo prazo de 5 anos, a FIDI teve como seu maior objetivo operacionalizar a gestão dos serviços de apoio diagnóstico na área de imagem, a serem desenvolvidos no Serviço Estadual de Diagnóstico por Imagem III - SEDI III. Ao longo do ano de 2020, foi realizado a renovação do contrato, pelo prazo de 5 anos. Após a renovação tivemos termos de retirratificações, decorrentes de inclusões de novas unidades, suspensão de exames de mamografia e ultrassonografia. CONTR. nº 001.500.000.067/2014. (Vigência a partir de 28/02/2020) As principais mudanças previstas são: T.A.01/20 Inclusão de unidade, e suspensão dos exames de mamografia e ultrassonografia. Estorno de custeio devido a suspensão de exames. T.A.02/20 Suspensão dos exames das unidades móveis de raio x, e manutenção dos exames da unidade móvel de tomografia nos meses de novembro e dezembro 2020 A Entidade executa a emissão remota de laudos de exames por imagem, por meio informatizado, com contato verbal, em tempo real, entre o técnico captador da imagem e o profissional médico especializado sediado na central com disponibilização, se necessário, dos equipamentos e pessoal necessários à realização de exames por imagem definidos pela unidade.

Relatório de Execução Orçamentária - Período 01/01/2020 a 31/12/2020

Saldo de caixa em 31/12/2019					**Valor R$ 13.482.047,78**
Demonstrativo dos repasses públicos recebidos					
Origem dos recursos	**Valores previstos R$**	**Documento de crédito nº**	**Notas de empenho nº**	**Data**	**Valores repassados R$**
Estadual	5.597.830,00	2020OB00428	00311	07/01/20	5.597.830,00
Estadual	5.597.830,00	2020OB13806	00316	06/02/20	5.453.569,00
Estadual	6.989.724,11	2020OB19766	320	06/03/20	6.989.724,11
Estadual	6.989.724,11	2020OB29204	52	06/04/20	6.989.724,11
Estadual	6.389.724,11	2020OB41227	321	07/05/20	6.389.724,11
Estadual	6.389.724,11	2020OB55152	323	05/06/20	6.389.724,11
Estadual	6.389.724,11	2020OB67230	324	06/07/20	6.389.724,11
Estadual	6.389.724,11	2020OB79314	327	06/08/20	6.389.724,11
Estadual	6.389.724,11	2020OB90293	328	04/09/20	6.389.724,11
Estadual	6.389.724,11	2020OBA1468	330	06/10/20	6.389.724,11
Estadual	6.474.147,89	2020OBB3008	333	06/11/20	6.474.147,89
Estadual	6.474.147,89	2020OBC3129	334	04/12/20	6.474.147,89
Subtotal	**76.461.748,66**				**76.317.487,66**
Receitas com aplicações financeiras dos repasses públicos					308.912,86
Outras receitas					432.909,88
Recursos próprios aplicados pela organização social					-
Total das receitas					**77.059.310,40**
Total das despesas no exercício 2020					80.694.318,36
Recurso público não aplicado					9.847.039,82
Valor devolvido ao contratante					-
Valor autorizado para aplicação no exercício seguinte					**9.847.039,82**

Abaixo, um quadro com as metas previstas totais de exames em comparação com os montantes realizados:

Relatório de Execução Técnica - Período 01/01/2020 a 31/12/2020

	1º Semestre		2º Semestre		Total	
Exames	**Contratado**	**Realizado**	**Contratado**	**Realizado**	**Contratado**	**Realizado**
Densitometria	4.020	2.482	4.020	3.339	8.040	5.821
Mamografia	50.622	33.345	31.422	21.515	82.044	54.860
Ressonância Magnética	15.000	10.335	16.200	13.471	31.200	23.806
Raio-X	329.016	217.206	356.316	225.834	685.332	443.040
Tomografia	83.490	87.306	96.990	111.699	180.480	199.005
Ultrassom	79.560	44.869	80.910	55.870	160.470	100.739
Ultrassom - Doppler	15.612	12.635	16.212	17.212	31.824	29.847
Total	**577.320**	**408.178**	**602.070**	**448.940**	**1.179.390**	**857.118**

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis também consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (lei 6.404/76 e alterações posteriores), adaptadas às peculiaridades das entidades de fins não lucrativos, em consonância com a Interpretação Técnica NBC ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucro". As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis *"carve-out"* foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de outra forma decorrente de justo valor ou classes específicas de ativos e passivos e contemplam apenas os direitos e obrigações e o resultado das operações da filial desta entidade, decorrente do contrato de gestão nº 001.500.000.067/2014 firmado com Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP), geridas pela FIDI. São apresentadas as demonstrações contábeis individuais por caráter essencial devido a força contratual e essas podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se a Entidade tivesse operado como uma única pessoa jurídica durante o período. **2.2. Aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis tiveram autorização de emissão por órgão da administração da OSS-FIDI em 18 de março de 2021. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em R$ (reais), que é a moeda funcional e de apresentação. **2.4. Demonstração de resultados abrangentes:** A Entidade não possui outros resultados abrangentes e, portanto, não apresentou a Demonstração de resultados abrangentes, conforme requerido pelo CPC 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis). **2.5. Demonstração do valor adicionado:** A Entidade está dispensada da elaboração da Demonstração do Valor Adicionado em conformidade com a ITG 2002 (R1). A legislação societária brasileira dispõe obrigatoriedade às companhias abertas à elaboração da Demonstração do Valor Adicionado - DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações contábeis. Essa demonstração, quando preparada, é realizada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração e, para fins de IFRS, quando apresentadas, são como informação adicional. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela entidade e a forma como tais riquezas foram distribuídas. **2.6. Das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis e outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. **2.6.1. Estimativas contábeis:** As estimativas e os julgamentos contábeis críticos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em expectativas de eventos futuros para os quais a Entidade elabora suas estimativas. O uso de estimativas para mensurar as transações leva em consideração aspectos objetivos, mas, também, faz uso da elaboração de cenários futuros por parte da administração. **a) uso de estimativas:** Para elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações, sendo incluídas nas demonstrações contábeis da instituição estimativas às provisões necessárias, tais como riscos trabalhistas, cíveis e outras similares. Tratando-se de estimativas, é normal que possam ocorrer variações por ocasião da efetiva realização ou liquidação dos correspondentes ativos e passivos. **2.6.2. Principais práticas contábeis: a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa estão divididos em recursos restritos e irrestritos e incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até seis meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aplicação original, acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. **b) Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. A estimativa de perda por desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência; não houve constatação de perdas significativas. **c) Despesas Antecipadas:** Trata-se de despesas incorridas, mas que serão usufruídas ao logo de um determinado período futuro. Referem-se a contratações de seguros e são apropriadas no resultado conforme sua competência. **d) Reconhecimento de instrumentos financeiros não derivativos:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade ou a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais, em 31 de dezembro de 2020, por valores que se aproximam dos de mercado nessa data. Eles são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja mensurado pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado; e (iii) valor justo por meio do resultado abrangente. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida, quando identificada a necessidade, para todos os instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado. **e) Imobilizado e Intangível:** O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. As depreciações são computadas pelo método linear, tomando-se por base a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado. **f) Outros ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidas até a data do balanço patrimonial e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização. **g) Passivos circulantes e não circulantes:** Registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações

continua …

monetárias incorridos até as datas dos balanços. **h) Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens adquiridos ou serviços tomados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **i) Impostos e Contribuições:** Tratando-se de uma Fundação de caráter filantrópico e sem finalidade de lucros com atuação na área da Saúde, a instituição está englobada pelo artigo 150 da Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 14 do Código Tributário Nacional. **j) Arrendamento:** A Entidade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado pela taxa dos respectivos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis e arrendamentos que não foram pagos na data de transição, descontados usando uma taxa nominal única, baseada no endividamento da Entidade ou nas taxas contratuais, que corresponde a, aproximadamente, sua taxa média de captação no período (1% a.m.). A Entidade mensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros do arrendamento, resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da mensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso. A Entidade aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos que incluem opções de renovação. A assertividade da avaliação de se a Entidade pode exercer essas opções tem impacto direto no prazo do arrendamento, podendo afetar significativamente o valor do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso reconhecido. As opções de extensão e rescisão estão incluídas em diversos contratos de arrendamento da Entidade. **k) Outros passivos circulantes e não circulantes:** Um passivo é reconhecido no balanço, por seus valores negociados ou calculáveis, quando a instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. **l) Receitas e Despesas:** As receitas são registradas mensalmente, em obediência ao regime de competência, e são provenientes de subvenções governamentais e prestação de serviço. **m) Subvenções:** As subvenções para custeio e investimento são reconhecidas em bases sistemáticas e em conformidade com os custos correspondentes. **n) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.7. Novos pronunciamentos: 2.7.1. Alterações nos pronunciamentos técnicos: CPC 38. CPC 40 (R1) E CPC 48:** Em 29 de abril de 2020, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis publicou, por meio da revisão de pronunciamentos técnicos nº 15/2020, alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da "Reforma da Taxa de Juros de Referência". A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade (IFRS), a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1 de janeiro de 2020. Alterações incluem os itens de 6.8.1 a 6.8.12 e 7.1.8 e seus títulos, além de alterar o item 7.2.26 no CPC 48 - Instrumentos Financeiros. As alterações acima não impactaram a Entidade, uma vez que não houve operações financeiras de hedge. **2.7.2. Alterações no pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - arrentamento mercantil** Em 7 de julho de 2020, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis publicou por meio da revisão de pronunciamento técnicos nº 16/2020, alterações no CPC 06 (R2), referentes a Benefícios Relacionados à Covid-19 concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento. Alterações incluem os itens 46A, 46B, 60A, C1A, C20A e seus títulos, além do C20B no CPC 06 (R2) - Arrendamentos. As alterações acima não impactaram a Entidade, uma vez que não houve renegociações nos Contratos de Aluguéis, em razão da Covid-19. **2.7.3 Publicação do OCPC 09 - relato integrado:** Esta Orientação é escrita considerando, principalmente, o setor privado e empresas com fins lucrativos de qualquer porte, mas pode ser aplicada e adaptada, conforme necessário, para organizações do setor público e sem fins lucrativos. Esse comunicado entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1 de janeiro de 2021. A Administração não espera que a adoção da norma acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Entidade em exercícios futuros. **3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são preponderantemente recursos gerados por meio de subvenções por meio de parcerias com órgãos governamentais. Os recursos restritos são oriundos das subvenções obtidas com órgãos públicos, os quais estão condicionados aos projetos, sendo os objetos dos contratos de subvenções, não podendo utilizar tais recursos com finalidades diversas.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Bancos	1.424	788
Aplicações financeiras	9.845.616	13.481.260
Nota explicativa nº 13	**9.847.040**	**13.482.048**

Os valores mantidos em conta corrente estão vinculados a aplicações financeiras automáticas mantidas pela Entidade com o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo, condicionado as restrições determinadas em contrato, com rendimentos indexados ao CDB. **4. Subvenção a receber:** A administração da OSS-FIDI julgou necessário manter reserva financeira em seu nome para eventual pagamento de contingências no montante de R$ 11.668.888 (em 31 de dezembro de 2019: R$ 11.668.888). **5. Estoques:** A instituição avalia seus estoques em conformidade com o custo médio dos produtos, sendo basicamente composto por itens relacionados aos produtos com destinação à sua atividade meio.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Materiais médico-hospitalares	712.737	263.869
Material administrativo	21.555	15.890
Material de escritório	64.081	34.594
	798.373	**314.353**

Não houve evidências de desvalorização do estoque *(impairment)*, além do curto giro do estoque não evidenciar desvalorizações constantes. **6. Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas, no montante de R$ 180.012 (R$ 175.873 em 2019), referem-se aos seguros contratados pela instituição para cobertura de seu patrimônio. Os seguros possuem cobertura de danos decorrentes de eventos naturais ou acidentais, roubos e furtos, bem como incêndios. **7. Adiantamentos:** Os adiantamentos realizados pela instituição referem-se a pagamentos antecipados a fornecedores e adiantamento de férias.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Adiantamentos a fornecedores	238.306	259.236
Adiantamentos para férias	122.978	866.383
Adiantamentos médicos	9.901	-
	371.185	**1.125.619**

8. Arrendamento mercantil: Contratos de Arrendamento Mercantil referem-se ao direito de uso relativo aos seguintes contratos:

Natureza do Contrato
Works - Locação de equipamento de informática
Philips - Locação de equipamento (Engenharia Clínica)
Truckvan - Locação de carreta (Mamamóvel)
Seemed - Locação de equipamento (Engenharia Clínica)

	Seemed	Philips Medical	Truckvan	Works	Total
Custo	8.268.480	2.443.750	13.305.600	924.989	24.942.819
Depreciação acumulada	(4.823.280)	(1.150.000)	(2.217.600)	(113.264)	(8.304.144)
	3.445.200	**1.293.750**	**11.088.000**	**811.725**	**16.638.675**
Arrendamento mercantil de curto prazo	(2.759.840)	(537.386)	(2.478.900)	(132.151)	(5.908.277)
Arrendamento mercantil de longo prazo	(689.040)	(718.750)	(7.761.600)	(585.197)	(9.754.587)
	(3.448.880)	**(1.256.136)**	**(10.240.500)**	**(717.348)**	**(15.662.864)**
Prazo remanescente (em meses)	15	27	40	43	-

A movimentação dos contratos de arrendamento identificados, mensurados e reconhecidos pela Entidade em 31 de dezembro de 2020 estão detalhados abaixo:

	Ativo	Passivo
Saldo inicial em 01/01/2020	**8.118.882**	**(8.455.563)**
Remensuração	120.780	(120.780)
Saldo inicial - remensurado	8.239.662	(8.576.343)
Depreciação do período	(8.275.326)	-
Adição	16.674.339	(16.674.339)
Pagamentos do período	-	9.587.818
Total	**16.638.675**	**(15.662.864)**

9. Imobilizado SEDI III: Representam os ativos assumidos pela Entidade quando da celebração do contrato de gestão 001/0500/000.067.2014 com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (SES-SP). Os bens foram registrados pelo seu valor justo mensurado pela Entidade. A Entidade optou por apresentar a subvenção no balanço patrimonial, em contrapartida da conta receita diferida, parcela a curto e a longo prazo, cujo reconhecimento ao resultado dar-se-á em bases sistemáticas e racionais conforme os ativos forem sendo depreciados ou amortizados. Por sua vez, a Entidade adotou o método de apresentar a contrapartida da receita diferida, reduzindo o valor da depreciação dos ativos oriundos das subvenções. Os bens adquiridos para a prestação de serviços nas unidades da Secretaria de Estado da Saúde (SES-SP) são depreciados ou amortizados pelo método linear, levando-se em consideração o prazo para o término da vigência do contrato de gestão. A composição dos ativos é a que segue:

Classe de ativos do SEDI I	Custo histórico	Depreciação e amortização acumuladas	Líquido 31 de dezembro de 2020	Líquido 31 de dezembro de 2019
Equipamentos de informática	689.360	(689.360)	-	-
Direito de uso de *softwares*	7.375.604	(7.375.604)	-	-
Equipamentos de digitalização	4.869.812	(4.869.812)	-	-
Total do imobilizado do SEDI III	**12.934.776**	**(12.934.776)**	**-**	**-**

10. Imobilizado da OSS-FIDI: O imobilizado e o intangível da FIDI foram registrados pelo custo histórico de aquisição e representam os bens obtidos pela FIDI e disponibilizados para uso no contrato de gestão nº 001/0500/000.067.2014-SES/SP. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear, que leva em consideração as taxas determinadas de acordo com o prazo do referido contrato.

Classe de ativos	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido 31 de dezembro de 2020	Líquido 31 de dezembro de 2019
Instalações	36.534	(36.534)	-	-
Equipamentos de radiologia	1.550.515	(1.550.515)	-	-
Equipamentos de informática	1.010.459	(1.010.459)	-	-
Moveis e utensílios	519.277	(519.277)	-	-
Equipamentos médicos	2.676.334	(2.674.130)	2.204	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	277.410	(277.410)	-	-
Equipamentos de comunicações	14.284	(14.284)	-	-
Equipamentos para digitalização	5.348.502	(5.348.502)	-	-
Total do imobilizado	**11.433.315**	**(11.431.111)**	**2.204**	**-**
Software	2.390.577	(2.390.577)	-	-
Total do imobilizado	**13.823.892**	**(13.821.688)**	**2.204**	**-**

11. Fornecedores e outras contas a pagar: Os fornecedores são compostos por obrigações a pagar decorrentes da aquisição de bens e serviços que foram tomados no decorrer do exercício. Os valores são reconhecidos em conformidade com os documentos fiscais ou contratos firmados entre a instituição e o Fornecedor e/ou Prestador de serviços, sendo apropriados conforme a competência de seu usufruto no resultado.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Serviços médicos e técnicos a pagar	1.537.822	3.085.432
Fornecedores	1.409.397	2.524.711
	2.947.219	**5.610.143**

12. Salários, encargos e contribuições: As obrigações trabalhistas são oriundas do quadro de funcionários do projeto, compostas conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Encargos sociais a recolher	405.934	373.898
Salários a pagar	1.083.319	1.409.236
Descontos na folha de pagamento	32.936	42.498
	1.522.189	**1.825.632**

13. Obrigações fiscais e tributárias: A instituição caracterizada como filantrópica de caráter de fundação está amparada pela legislação brasileira como instituição imune de impostos (previsibilidade no artigo 150 da Constituição da República Federativa do Brasil). Quando aplicável, os impostos e encargos trabalhistas não recolhidos dentro do prazo de vencimento e estão devidamente atualizados com juros e multas, de acordo com a legislação vigente. **14. Subvenção a realizar:** Referem-se a montantes já recebidos financeiramente e ainda não empregados nos projetos adicionados a provisão dos montantes a receber nos próximo 12 meses, os quais serão reconhecidos ao resultado de acordo com o regime de competência, à medida em que os gastos relacionados incorrerem.

	001.0500.000.067/2014	SES 2417082/2019
Saldo inicial de caixa (nota explicativa nº 3)	13.482.048	(832.924)
Contrato iniciado		
Recursos recebidos	11.051.399	65.266.089
Receitas financeiras	89.900	219.012
Gastos incorridos na execução do projeto	(13.905.529)	(54.805.137)
Recursos disponíveis (nota explicativa nº 3)	10.717.818	9.847.040
Valores em compensação - Bancos	(11.550.742)	(7.333.114)
Saldo do contrato	**(832.924)**	**2.513.926**

15. Provisões judiciais: A OSS-FIDI é parte envolvida em processos judiciais que envolvem responsabilidades contingentes. Tais processos, cujo risco de perda foi classificado pelos assessores jurídicos da OSS-FIDI, encontram-se em fase de defesa administrativa ou trâmite na esfera judicial.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Previdenciárias	7.518.418	7.518.418
Tributárias	1.073.665	882.708
	8.592.083	**8.401.126**

15.1 Provisão previdenciárias: Em 2007, foi impetrado o Mandado de Segurança nº 2007.61.00.007879-3, para o qual a União (Receita Federal do Brasil [RFB]) interpôs recurso de apelação. Como a ação encontrava-se em fase de julgamento, e sem data prevista, em 2009, a OSS-FIDI constituiu uma provisão que se refere à notificação fiscal de lançamento de débito nº 37.063.204-4, emitida em 18 de maio de 2007 pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). A administração da OSS-FIDI, com base na opinião de seus assessores jurídicos, optou por interromper a provisão em setembro de 2015. **15.2 Provisão tributária:** Em 2015, a Fundação é autora no processo 002205-88.2015.4.03.6100, de ação de reconhecimento da inexistência da relação jurídico-tributária com a União quanto ao recolhimento da contribuição ao PIS, bem como a restituição dos valores indevidamente recolhidos a esse título nos últimos 5 anos por se tratar de entidade beneficente. Mensalmente, a Fundação constitui provisão em valor equivalente ao recolhimento em juízo, durante o andamento do processo, e permaneceu da mesma forma em 2020, pois aguarda julgamento de apelação contra sentença desfavorável proferida em 2020. Como a sentença foi desfavorável, não houve qualquer alteração feita nesse procedimento.

A movimentação do período pode ser assim demonstrada:

	Provisão para contingência	Depósito judicial
Saldo em 31/12/2019	**(8.401.126)**	**910.389**
Adições	(190.957)	190.432
Saldo em 31/12/2020	**8.592.083**	**1.100.821**

16. Contas correntes OSS FIDI: Correspondem ao valor dos recursos da OSS-FIDI alocado ao contrato de gestão, líquido das saídas de recursos para cobrir tais custos. **17. Patrimônio líquido: 17.1. Patrimônio social:** O patrimônio social é composto pelos valores destinados à constituição da instituição, acrescido dos respectivos resultados após sua constituição. Todo o resultado superavitário ou deficitário deve ser incorporado ou suportado pelo patrimônio social após o encerramento de cada exercício. ***17.2. Superávits (déficits):*** O resultado do período é computado pela diferença entre as receitas e os gastos globais incorridos no período em conformidade com a competência, sendo o resultado líquido incorporado ao Patrimônio Social no exercício seguinte. **18. Instrumentos financeiros:** A administração é realizada por meio de estratégias operacionais e o gerenciamento de instrumentos financeiros da entidade visa liquidez, rentabilidade e segurança. De acordo com a natureza dos instrumentos financeiros, as operações podem envolver riscos conhecidos ou não, envolvendo sempre o melhor julgamento da Entidade na avaliação dos potenciais riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. O principal fator de risco da Entidade está ligado à liquidez. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade, que monitora continuamente a liquidez, para assegurar que a Entidade tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Em 31 de dezembro de 2020, a Entidade não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **19. Trabalho voluntário:** Conforme determinado na Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade não identificou trabalhos voluntários por ela recebidos durante o exercício de 2020. **20. Cobertura de seguros:** A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. **21. Contexto, ações de resiliência e impactos causados pela Covid-19:** Em janeiro de 2020, a China reportou ter identificado uma nova variante do coronavírus, Covid-19, que estaria se disseminando de forma rápida em sua população. Em 11 de março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que a Covid-19 tratava-se de uma pandemia. As medidas de isolamento social decorrentes dessa pandemia afetaram nossa produção de exames, faturamento, pessoas que atuam na linha de frente da operação. Refletindo diretamente nas demonstrações contábeis de 2020. Por sua vez, já em 16 de março, a FIDI, ciente da gravidade da situação adotou medidas preventivas em relação ao quadro de empregados, agindo tempestivamente na transferência de todo o corpo funcional para as atividades em home office, à exceção da nossa linha de frente, necessários para a execução dos exames. Imediatamente criou sala de crise envolvendo toda a diretoria, as áreas de comunicação institucional, jurídica e de gestão de pessoas, adotando estratégia de comunicação da Diretoria a toda empresa, orientações pelos canais corporativos objetivando esclarecer e informar, de forma transparente e permanente, seu quadro de empregados, sem registrar qualquer incidente ou fato que afetasse os compromissos de entrega A Entidade atua de forma tempestiva e proativa para apoiar o governo no enfrentamento ao coronavírus (Covid-19) e ajudar a minimizar os efeitos provocados pela pandemia, com soluções digitais especialmente nas áreas de gestão pública, infraestrutura, saúde. A administração da Empresa está alerta e ajindo de forma a assegurar sua sustentabilidade econômico-financeira, adotando medidas de contenção de gastos, otimização de recursos e minimização dos potenciais impactos financeiros, além daquelas voltadas à preservação da saúde dos empregados Ainda não estão suficientemente claros os efeitos na economia mundial e, em particular no Brasil, por quanto tempo estes efeitos irão perdurar e os impactos diretos e indiretos. O mundo atravessa uma grave crise devido a rápida disseminação da Covid-19, onde as consequências sociais e econômicas já sensibilizam o cotidiano da sociedade, empresas e Estado. **22. Eventos subsequentes:** A Entidade não verificou eventos subsequentes entre a data das demonstrações contábeis e a data de emissão dessas demonstrações. São Paulo, 18 de março de 2021.

Dr. Roberto Gomes Nogueira - Diretor | **Dr. Marcos Hideki Idagawa** - Diretor Adjunto | **Fabiane Mussio Rice - Contadora** - CRC nº 1SP322937/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem (FIDI) ("Entidade"), cumprindo suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as demonstrações financeiras do Contrato de Gestão Processo nº 001/500/000.067/2014 e Termos Aditivos de prorrogação de prazo do Serviço Estadual de Diagnóstico por Imagem III, registrada sob o CNPJ nº 55.401.178/0010-27, elaboradas de acordo com a legislação vigente e relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. As demonstrações são compostas por: balanço patrimonial, demonstração do resultado do período, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração dos fluxos de caixa, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do parecer da auditoria independente. Os conselheiros opinam no sentido de que tais demonstrações traduzem com propriedade a posição patrimonial e financeira do referido contrato de gestão e que estão em condições de merecer a aprovação do conselho curador em reunião ordinária.

São Paulo, 29 de Março de 2021.

Sr. André Luiz Fernandes Sá; Sr. Euben Silveira Monteiro Junior; Sr. José Luiz de Santana.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS *"carve-out"*

Ilmos. Srs. Diretores e Conselheiros da **FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO DE DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM - FIDI Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis "*carve-out*" da Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem - FIDI, registrada sob o CNPJ nº 55.401.178/0010-27 (Serviço Estadual de Diagnóstico por Imagem 3 - SEDI III, Processo nº 001/500/000.067/2014), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do *déficit* do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis *"carve-out"* acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem - FIDI, registrada sob o CNPJ 55.401.178/0010-27 (Serviço Estadual de Diagnóstico por Imagem 3 - SEDI III, Processo 001/500/000.067/2014), em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Restrição sobre uso e distribuição:** Restrição sobre uso e distribuição: Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis do SEDI III: Conforme mencionado na nota explicativa 2.1, as demonstrações contábeis da Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem - FIDI, registrada sob o CNPJ nº 55.401.178/0010-27 (Serviço Estadual de Diagnóstico por Imagem 3 - SEDI III, Processo nº 001/500/000.067/2014), podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se a FIDI tivesse operado como uma única pessoa jurídica durante o período. As demonstrações contábeis foram preparadas para demonstrar a posição e a performance financeiras da Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem - FIDI, registrada sob o CNPJ nº 55.401.178/0010-

continua ...

Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo
Centro de Documentação
ctd@saude.sp.gov.br

27 (Serviço Estadual de Diagnóstico por Imagem 3 - SEDI III, Processo nº 001/500/000.067/2014), devido à obrigação contratual que determina a necessidade de apresentar a performance financeira de forma individual, bem como as demonstrações contábeis desse contrato e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e ao uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, puderem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2021.
PP&C Auditores Independentes - CRC2SP16.839/O-0
Paulo José de Carvalho - CRC1SP145.095/O-8 - Contador
Giacomo Walter Luiz de Paula - CRC1SP243.045/O-0 - Contador